

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS - **2023**

3º trimestre/2023

Gerência Geral de Gestão Financeira - GAFIN

---

**DIRETORIA EXECUTIVA**



## SUMÁRIO

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL	2
NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS E PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS	3
2.1. Declaração de conformidade	3
2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação	3
2.3. Uso de estimativa e julgamento	3
2.4. Base de mensuração	3
2.4.1. Regime de escrituração das transações	3
2.4.2. Reconhecimento dos efeitos inflacionários	3
2.4.3. Aplicações Financeiras	3
2.4.4. Almojarifados	3
2.4.5. Ativo Imobilizado, Intangível e Diferido	4
2.4.6. Benefícios a empregados	4
2.4.7. Provisões	4
2.4.8. Ativos e passivos contingenciais	4
2.4.9. Obrigações legais: fiscais e previdenciárias	5
2.4.10. Apuração do resultado	5
2.4.11. Determinação do Valor Justo	5
2.4.12. Demonstração do Valor Adicionado – DVA	5
NOTA 03 – REAPRESENTAÇÃO	5
NOTA 04 – DISPONIBILIDADE	8
NOTA 05 – CONTAS A RECEBER	8
5.1. RFFSA	8
5.2. Créditos em Liquidação	8
NOTA 06 – DEPÓSITOS JUDICIAIS	9
6.1. Penhoras Judiciais	9
6.2. Depósitos Judiciais	9
NOTA 07 – IMPOSTOS A RECUPERAR	10
NOTA 08 – IMOBILIZADO	10
8.1. Imobilizado Geral	10
8.2. Imobilizado Detalhado	11
8.3. Imobilizações em andamento	11
NOTA 09 – INTANGÍVEL	12
NOTA 10 – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS	12
NOTA 11 – OBRIGAÇÕES A PAGAR	14
NOTA 12 – RECURSOS PARA AUMENTO DE CAPITAL	14
NOTA 13 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)	14
13.1. Capital Social	14
13.2. Reserva de Reavaliação de Bens	15
13.3. Recursos para Aumento de Capital	15
13.4. Patrimônio Líquido Negativo	15
13.5. Prejuízo Acumulado	15
NOTA 14 – CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS.	16
NOTA 15 – SUBVENÇÕES PARA CUSTEIO	16
NOTA 16 – RESULTADO FINANCEIRO	16
NOTA 17 – INDÍCES ECONÔMICOS	17
NOTA 18 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	17
18.1. Plano de Previdência e Pensão a Empregados	17
NOTA 19 – REMUNERAÇÃO DOS DIRIGENTES E DOS EMPREGADOS	18

As notas explicativas abaixo se referem a 30 de setembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022. Os valores estão descritos em milhares de reais.

## **NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL**

---

A COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU, empresa pública sob a forma de sociedade anônima, de capital fechado, controlada pela União, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR até dezembro de 2022 e Ministério das Cidades – MCID a partir de janeiro de 2023, constituída com fundamento no art. 5º da Lei 3.115, de 16 de março de 1957, no disposto no Decreto 74.242, de 28 de junho de 1974, e no contido no Decreto 89.396, de 22 de fevereiro de 1984, reger-se-á pela Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, Decreto 8.945, de 27 de dezembro de 2016, por seu Estatuto e pelas demais disposições legais que lhe sejam aplicáveis. A Companhia tem por objeto:

- a) a execução dos planos e programas aprovados pelo MDR / MCid em consonância com o Plano Nacional de Viação e destinados a reger os serviços de transporte ferroviário urbano constantes do Sistema Nacional de Transportes Urbanos;
- b) o planejamento, o estudo, os projetos, a construção e a implantação de serviços de transporte de passageiros sobre trilhos, nas regiões metropolitanas, cidades e aglomerados urbanos que justifiquem a existência desses serviços, em estreita consonância com a política de transporte e desenvolvimento urbano;
- c) a operação e a exploração comercial dos serviços de passageiros sobre trilhos;
- d) o gerenciamento das participações societárias da União em empresas de transporte de passageiros sobre trilhos; e
- e) a exploração econômica da marca, da patente, da denominação, da insígnia, bem como de todos recursos ou potenciais da sociedade, a exemplo do conhecimento tecnológico e administrativo, bens móveis e imóveis, áreas, espaços, equipamentos, podendo prestar serviços a terceiros, no âmbito do domínio da atividade, de forma direta ou consorcialmente.

Tendo sob a sua operação os sistemas de transporte de passageiros nas regiões metropolitanas de Recife, Maceió, João Pessoa e Natal. O desempenho da CBTU revela a sua capacidade em promover a mobilidade e a acessibilidade da população ao transporte público, através da adoção de diretrizes que consolidem Metrô e Veículos Leves sobre Trilhos – VLT's como principais modais para as grandes e médias cidades brasileiras.

Neste período a CBTU apresentou patrimônio líquido negativo, conforme descrito na **Nota 12 – Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto)**.

A emissão das Demonstrações Contábeis Intermediárias foi autorizada pela Diretoria da CBTU em 19 de 12 de 2023.

## **NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS E PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS**

---

### **2.1. Declaração de conformidade**

As demonstrações contábeis intermediárias foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas pela **Legislação Societária Brasileira**, além dos pronunciamentos técnicos do **Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC** e das **Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC**, do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, em vigor até a data da elaboração das Demonstrações Contábeis Intermediárias.

### **2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação**

Os elementos apresentados nas demonstrações contábeis intermediárias são mensurados usando a moeda do ambiente econômico principal no qual a Companhia opera, ou seja, a “moeda funcional”, que é também a moeda corrente nacional – denominada Real.

### **2.3. Uso de estimativa e julgamento**

As estimativas contábeis e os julgamentos da administração, baseados nas informações disponíveis, são revisados de forma contínua. As **Notas 7b – Imobilizações em Andamento; 09 – Provisão para Contingências e 19 – Programa Nacional de Desestatização**, inserem-se nesse contexto.

### **2.4. Base de mensuração**

As demonstrações contábeis intermediárias foram preparadas com base no custo histórico e as principais práticas contábeis podem ser resumidas como segue:

#### **2.4.1. Regime de escrituração das transações**

É adotado o regime de competência para registro das operações.

#### **2.4.2. Reconhecimento dos efeitos inflacionários**

Os efeitos da inflação sobre as demonstrações contábeis intermediárias são reconhecidos mediante atualizações monetárias e cambiais de direitos e obrigações sujeitas à indexação legal ou contratual, pelos respectivos índices.

#### **2.4.3. Aplicações Financeiras**

As aplicações financeiras são registradas pelo custo, acrescido dos rendimentos proporcionais auferidos até a data do balanço, conforme **CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração** e em conformidade com a Resolução do Banco Central do Brasil – **BACEN nº 3.284** de 25/05/2005.

#### **2.4.4. Almojarifados**

Os estoques mantidos nos almojarifados estão avaliados ao custo médio de aquisição, que não excede o valor de reposição. Os materiais em poder de terceiros são registrados ao custo identificado. Está previsto para o exercício de 2023 a implantação de uma política de estoques de forma a atender o **CPC 16 – Estoques**.

#### **2.4.5. Ativo Imobilizado, Intangível e Diferido**

Está demonstrado pelo custo corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, ajustado com os seguintes aspectos:

- Depreciação do imobilizado pelo método linear levando em consideração o tempo de vida útil-econômica dos bens;
- A CBTU realiza o teste de *Impairment* no final de cada exercício.
- O intangível está representado basicamente por direitos de uso e aquisição de softwares, sendo amortizados no prazo de vida útil definido.

#### **2.4.6. Benefícios a empregados**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são incorridas como despesas, conforme o serviço relacionado seja prestado.

#### **2.4.7. Provisões**

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, sendo provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

#### **2.4.8. Ativos e passivos contingenciais**

Um ativo ou passivo contingente é uma obrigação ou direito possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade. Contabilizado no balanço patrimonial quando a Companhia possui um ativo ou passivo, formalizados e constituídos como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação ou estabelecer o direito obtidos futuramente. Os ativos ou passivos são registrados tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido, como segue:

- **Ativos contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando como certa a sua realização do ativo.
- **Passivos contingentes:** decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros, ex-empregados e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos mensuráveis. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que os recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam sua mensuração de forma adequada, baseado em suporte documental ou contábil, ou histórico de fatos assemelhados apesar da incerteza inerente ao prazo ou valor. As contingências classificadas como prováveis são aquelas para as quais são constituídas provisões; as

contingências possíveis requerem somente divulgação e as remotas não requerem provisões ou divulgação.

#### **2.4.9. Obrigações legais: fiscais e previdenciárias**

Decorrem de discussão judicial sobre a constitucionalidade das leis que as instituíram e, independentemente de avaliação acerca da probabilidade de sucesso, tem seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações contábeis intermediárias.

#### **2.4.10. Apuração do resultado**

As receitas e despesas são registradas em conformidade com o regime contábil de competência dos respectivos períodos.

#### **2.4.11. Determinação do Valor Justo**

As políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo para os ativos e passivos financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação usando técnica de avaliação para que estabeleça qual teria sido o preço da transação na data de mensuração em uma troca entre partes não relacionadas, com base nos fluxos de caixa descontados a taxas de mercado observáveis disponíveis.

#### **2.4.12. Demonstração do Valor Adicionado – DVA**

A partir do exercício de 2020, em atendimento aos dispositivos legais, em particular a Lei nº 13.303/2016, o Decreto nº 8.945/2016 e o Regramento da CVM (Comissão de Valores Mobiliários), a CBTU passou a apresentar a Demonstração do Valor Adicionado – DVA.

A DVA apresenta informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas. Foi preparada com base nas informações obtidas dos registros contábeis das Demonstrações Financeiras e seguindo as disposições contidas na **NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado**.

### **NOTA 03 – REAPRESENTAÇÃO**

---

A CBTU está reapresentando os saldos das Demonstrações Contábeis de 31/12/2022 e 31/12/2021 do Ativo, Passivo e DMPL e de 30/09/2022 e 30/09/2021 da DRE, DRA, DFC e DVA, para fins de comparação, de acordo com **NBC TSP 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro**. Esses ajustes estão referenciados nas **Notas 06b – Depósitos Judiciais, 08b – Imobilizado (Imobilizações em Andamento) e 14 – Patrimônio Líquido (Prejuízos Acumulados)**.

As retificações referem-se:

- a) A continuidade do trabalho de levantamento da base de depósitos judiciais, executado por uma equipe interdisciplinar iniciada em 2022, que resultou em uma baixa total de R\$ 3.947 mil, referente à exercícios anteriores, conforme detalhado na **Nota 06b – Depósitos Judiciais**;

b) Depuração das contas de imobilizações em andamento, onde foram identificados diversos contratos cujos encerramentos remetem a exercícios anteriores, à identificação de contratos de consultoria genéricos que não possuíam uma relação direta com um bem específico e que por esse motivo foram baixados contra o resultado e de contratos reclassificados para a conta de estoques, descritos na **Nota 08b – Imobilizado (Imobilizações em Andamento)**;

Para efeito de comparabilidade a empresa retroagiu os ajustes aos saldos de abertura do exercício de 2021, pois não haveria possibilidade de mensuração dos valores a serem ajustados nos exercícios anteriores a 2021, dessa forma, caso fossem reapresentadas não estariam apresentando informações fidedignas.

Segue a composição do Balanço Reapresentado – **valores em R\$ mil**:



**BALANÇO PATRIMONIAL**

	31/12/22			01/01/22		
	ORIGINALMENTE	AJUSTE	REAPRESENTADO	ORIGINALMENTE	AJUSTE	REAPRESENTADO
	APRESENTADO			APRESENTADO		
<b>ATIVO</b>						
ATIVO CIRCULANTE						
ALMOXARIFADOS	28.220	3.565	31.785	49.020	3.565	52.585
	<b>105.545</b>	<b>3.565</b>	<b>109.110</b>	<b>177.180</b>	<b>3.565</b>	<b>180.745</b>
ATIVO NÃO CIRCULANTE						
DEPÓSITOS JUDICIAIS	55.200	(3.946)	51.254	156.129	(3.946)	152.183
IMOBILIZADO	2.299.173	(41.527)	2.257.646	2.503.779	(34.881)	2.468.898
	<b>2.374.241</b>	<b>(45.473)</b>	<b>2.328.768</b>	<b>2.668.978</b>	<b>(38.827)</b>	<b>2.630.151</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>2.479.786</b>	<b>(41.908)</b>	<b>2.437.878</b>	<b>2.846.158</b>	<b>(35.262)</b>	<b>2.810.896</b>
<b>PASSIVO</b>						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
LUCRO (PREJUÍZO) ACUMULADOS	(7.782.729)	41.908	(7.740.821)	(7.895.234)	35.262	(7.859.972)
	<b>(1.325.090)</b>	<b>(41.908)</b>	<b>(1.366.998)</b>	<b>(1.172.178)</b>	<b>(35.262)</b>	<b>(1.207.440)</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>2.479.786</b>	<b>(41.908)</b>	<b>2.437.878</b>	<b>2.846.158</b>	<b>(35.262)</b>	<b>2.810.896</b>

	30/09/22			30/09/21		
	ORIGINALMENTE	AJUSTE	REAPRESENTADO	ORIGINALMENTE	AJUSTE	REAPRESENTADO
	APRESENTADO			APRESENTADO		
DESP. GERAIS E ADMINISTRATIVA:	(135.284)	(3.947)	(131.337)	(110.861)	(3.947)	(106.914)
DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES	(53.612)	(3.378)	(56.990)	(57.616)	(2.411)	(60.027)
RESULTADO DA BAIXA DE BENS	(359)	(2.141)	(2.500)	-	-	-
<b>PREJUÍZO DO EXERCÍCIO</b>	<b>(352.264)</b>	<b>(9.466)</b>	<b>(361.730)</b>	<b>(818.593)</b>	<b>(6.358)</b>	<b>(824.951)</b>

	30/09/22	30/09/22	30/09/21	30/09/21	30/09/21	
	ORIGINALMENTE	AJUSTE	REAPRESENTADO	ORIGINALMENTE	AJUSTE	
	APRESENTADO			APRESENTADO		
<b>PREJUÍZO DO EXERCÍCIO</b>	<b>(352.264)</b>	<b>(9.466)</b>	<b>(361.730)</b>	<b>(818.593)</b>	<b>(6.358)</b>	<b>(824.951)</b>

	30/09/22	30/09/22	30/09/21	30/09/21	30/09/21	
	ORIGINALMENTE	AJUSTE	REAPRESENTADO	ORIGINALMENTE	AJUSTE	
	APRESENTADO			APRESENTADO		
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(352.264)	(9.466)	(361.730)	(818.593)	(6.358)	(824.951)
PREJUÍZOS ACUMULADOS	(8.174.403)	(9.466)	(8.183.869)	(7.807.305)	(6.358)	(7.813.663)
	<b>(1.738.128)</b>	<b>(9.466)</b>	<b>(1.747.594)</b>	<b>(1.128.880)</b>	<b>(6.358)</b>	<b>(1.135.238)</b>

	30/09/22	30/09/22	30/09/21	30/09/21	30/09/21	
	ORIGINALMENTE	AJUSTE	REAPRESENTADO	ORIGINALMENTE	AJUSTE	
	APRESENTADO			APRESENTADO		
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(352.264)	(9.466)	(361.730)	(818.593)	(6.358)	(824.951)
DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES	(53.612)	(3.378)	(56.990)	(57.616)	(2.411)	(60.027)
RESULTADO DA BAIXA DE BENS	(359)	(2.141)	(2.500)	-	-	-

	30/09/22	30/09/22	30/09/21	30/09/21	30/09/21	
	ORIGINALMENTE	AJUSTE	REAPRESENTADO	ORIGINALMENTE	AJUSTE	
	APRESENTADO			APRESENTADO		
DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES	(53.612)	(3.378)	(56.990)	(57.616)	(2.411)	(60.027)
RESULTADO RETIDO	(352.264)	(9.466)	(361.730)	(818.593)	(6.358)	(824.951)



## NOTA 04 – DISPONIBILIDADE

Compõem este grupo os valores em caixa, valores em trânsito oriundos da arrecadação, aplicações financeiras de liquidez imediata e a conta única do Tesouro Nacional, que engloba os repasses do tesouro e de recursos próprios para fazer face às despesas previstas no orçamento da CBTU. Segue a composição da Disponibilidade – **valores em R\$ mil:**

	<u>Set/2023</u>	<u>Dez/2022</u>
Caixa	34	34
Conta Única do Tesouro Nacional	83.225	65.072
Valores em Trânsito	1.355	1.693
Aplicações Financeiras	1.505	1.137
<b>Total:</b>	<b>86.119</b>	<b>67.936</b>

## NOTA 05 – CONTAS A RECEBER

As principais rubricas que compõem este grupo são as seguintes:

### 5.1. RFFSA

Trata-se de desembolsos realizados pela CBTU, de responsabilidade da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA, cujos valores mais relevantes são oriundos de desapropriações e obras realizadas pela CBTU, vitais para expansão do sistema da extinta STU de Belo Horizonte em áreas de influência de ambas as Empresas, tendo sido, desta forma, aplicado o critério de rateio dos valores envolvidos. Tendo em vista estar, a extinta RFFSA, questionando por diversos motivos o referido critério de rateio de alguns valores, a CBTU, conservadoramente, constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa relativa aos valores sob questionamento.

Considerando que não houve acordo com a Inventariança da RFFSA, o processo foi encaminhado para a AGU de forma a mediar o entendimento entre as partes. As tratativas estão em curso, tendo sido realizadas várias reuniões com a Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal - CCCAF/AGU onde a CBTU apresentou suas considerações sobre os créditos, estando previsto ainda, no terceiro trimestre de 2023, a discussão com as demais áreas envolvidas (MCID, Ministério da Fazenda e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN)

### 5.2. Créditos em Liquidação

Nesta rubrica está registrado o valor devido pelo Consórcio Grande Recife, referente à parcela da CBTU na partição tarifária da integração ônibus/metrô, por ter havido contestação por parte do consórcio dos valores apresentados pela CBTU.

Existem três processos judiciais em curso cobrando o débito o que ensejou também a inscrição no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CADIN pela CBTU.

Foi protocolada também Representação contra os Presidentes do Consórcio e do Sindicato das Empresas de Transportes de Passageiros – Urbana, no Ministério Público Federal.

Considerando que não existe expectativa de solução dos créditos com a RFFSA, o recebimento dos precatórios da ação contra a prefeitura de São Paulo e com o Consórcio da Grande Recife em cobrança judicial, a CBTU considerando os preceitos do **CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos**, provisionou o total desses créditos como perdas ao valor recuperável.

Segue a composição Contas a Receber – valores em R\$ mil:

	<u>Set/2023</u>	<u>Dez/2022</u>
RFFSA	14.145	14.145
Aluguéis a Receber	454	454
Prefeitura de São Paulo	723	723
Empregados Cedidos	401	521
Créditos em Liquidação	99.709	99.782
OUTRAS	783	660
	<u>116.215</u>	<u>116.285</u>
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(110.299)	(110.299)
<b>Total:</b>	<u><u>5.916</u></u>	<u><u>5.986</u></u>

## NOTA 06 – DEPÓSITOS JUDICIAIS

Os depósitos judiciais estão representados em sua relevância como segue:

### 6.1. Penhoras Judiciais

Referem-se a penhoras na receita de bilheteria, preponderantemente na Superintendências de Trens Urbanos de Recife.

Segue a composição das Penhoras Judiciais – valores em R\$ mil:

	<u>Set/2023</u>			<u>Dez/2022</u>			
	<u>REC</u>	<u>OUTRAS</u>	<u>TOTAL</u>	<u>BH</u>	<u>REC</u>	<u>OUTRAS</u>	<u>TOTAL</u>
Saldo do Exercício Anterior	6.172	225	6.397	71.568	6.172	225	77.965
Penhoras do Período	-	-	-	30.280	-	-	30.280
Recuperação de Penhoras	-	-	-	(22.721)	-	-	(22.721)
Baixa BH	-	-	-	(79.127)	-	-	(79.127)
Saldo do Período	<u>6.172</u>	<u>225</u>	<u>6.397</u>	<u>-</u>	<u>6.172</u>	<u>225</u>	<u>6.397</u>

### 6.2. Depósitos Judiciais

Referem-se a pagamentos de depósitos recursais trabalhistas, que visam à reforma da sentença.

Em continuidade ao trabalho de depuração da conta, foi baixado o montante de R\$ 3.957 mil, referente à depósitos da extinta STU/SP, que por serem anteriores à 1994 e não possuírem documentação de suporte, não teriam como ser considerados como um ativo.

As atividades do Grupo de Trabalho, criado em 2022, continuarão no exercício de 2023, com a possibilidade de torna-se permanente.

Segue a composição de Depósitos Judiciais – valores em R\$ mil:

	<u>Set/2023</u>	<u>Dez/2022</u>
<b>Saldo do Exercício Anterior</b>	<b>48.804</b>	<b>78.165</b>
Adições	12.482	15.180
Baixa - Cisão CBTU-MG	-	(40.792)
Baixas	(6.799)	(3.749)
<b>Saldo do Período</b>	<b>54.487</b>	<b>48.804</b>

## NOTA 07 – IMPOSTOS A RECUPERAR

Representa os valores de processos de restituições de Tributos e Contribuições Federais, preponderantemente de Imposto de Renda retido sobre rendimentos de aplicação financeira de recursos próprios, corrigidos pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC e que estão em processo de compensação.

## NOTA 08 – IMOBILIZADO

### 8.1. Imobilizado Geral

Segue a movimentação do – valores em R\$ mil:

	<u>Set/2023</u>	<u>Dez/2022 REAPRESENTADO</u>	<u>01/01/2022 REAPRESENTADO</u>
<b>Saldo do Exercício Anterior</b>	<b>2.257.647</b>	<b>2.468.898</b>	<b>2.503.749</b>
Adições / Doação	30.272	96.346	44.757
Baixas	(521)	(2.500)	(42)
Baixas BH	-	(225.229)	-
Impairment	-	(8.698)	-
Depreciações	(52.931)	(71.170)	(79.566)
Ajustes	-	-	-
<b>Saldo do Exercício</b>	<b>2.234.467</b>	<b>2.257.647</b>	<b>2.468.898</b>

## 8.2. Imobilizado Detalhado

Segue a composição do – valores em R\$ mil:

CONTAS	TAXA ANUAL DE DEPRECIAÇÃO (%)	Set/2023	Dez/2022 REAPRESENTADO	01/01/2022 REAPRESENTADO
Terrenos	-	425.220	364.088	364.088
Edificações	1,25 a 2,00	686.958	649.986	649.646
Instalações	2,00 a 3,33	947.023	852.217	848.137
Equipamentos de Transporte Ferroviário	2,50 a 5,00	893.306	829.177	1.150.063
Veículos	20	9.661	9.661	12.058
Equipamentos, Máquinas e Ferramentas	10	56.440	43.327	72.286
Outras Imobilizações Tangíveis	10	41.135	38.833	44.051
Imobilizações em Andamento	-	537.533	958.282	887.359
Correção Monetária – Lei 8.200/91	Diversas	442.051	444.882	452.281
		<b>4.039.327</b>	<b>4.190.453</b>	<b>4.479.969</b>
Depreciações Acumuladas		(1.438.195)	(1.387.716)	(1.474.678)
Redução Valor Recup. Imobilizado		(366.665)	(545.091)	(536.393)
<b>Total:</b>		<b>2.234.467</b>	<b>2.257.646</b>	<b>2.468.898</b>

## 8.3. Imobilizações em andamento

Representa os investimentos em obras e aquisições cujos contratos estão em execução.

Existem valores pendentes de reclassificação para a conta de terrenos, oriundas de desapropriações na extinta STU de Belo Horizonte e na STU Recife que não são depreciados, bem como as cisões para os respectivos Estados dos Investimentos nos sistemas do Rio de Janeiro e São Paulo.

A CBTU apresentou a relação dos contratos que compõem o valor a ser objeto de cisão complementar, conforme os acordos de estadualização para a CPTM, do Estado de São Paulo e para a Central Logística, do Estado do Rio de Janeiro, não havendo manifestação quanto a aceitação ou contestação.

Considerando que as tratativas com relação as cisões não foram concluídas, em 2019 foi provisionado o total dos investimentos do Rio de Janeiro e de São Paulo como Provisão ao Valor Recuperável desses investimentos, conforme fundamento no CPC 27 – Ativo Imobilizado e no CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Estes valores serão baixados quando da cisão com as empresas beneficiárias.

Neste período, houve uma redução relevante em Imobilizações em Andamento em função das regularizações de contratos encerrados, em sua grande maioria, em anos anteriores a 2022, no montante de R\$ 222.476 mil, transferidos para as contas definitivas que resultou em R\$ 23.125 mil em despesa de depreciação retroativa, de baixas de contratos que não resultaram em bens, no montante de R\$ 14.835 mil e de R\$ 3.565 mil transferidos para estoques...

Segue a composição das Imobilizações em Andamento – valores em R\$ mil:

	<u>Set/2023</u>	<u>Dez/2022</u> <u>REAPRESENTADO</u>	<u>01/01/2022</u> <u>REAPRESENTADO</u>
Sistema de Belo Horizonte	67.601	67.569	73.508
Sistema de Recife	10.693	186.833	183.376
Sistema do Rio de Janeiro	97.995	272.684	272.684
Sistema de São Paulo	229.989	230.090	230.090
Outras Obras	131.255	201.106	127.701
<b>Subtotal:</b>	<b>537.533</b>	<b>958.282</b>	<b>887.359</b>
Correção Monetária – Lei 8.200/91	32.810	32.810	32.810
Redução Valor Recup. Imobilizado	(366.665)	(545.091)	(536.393)
<b>Total:</b>	<b>203.678</b>	<b>446.001</b>	<b>383.776</b>

## NOTA 09 – INTANGÍVEL

Está representado basicamente por direitos de uso e aquisição de softwares, sendo amortizados no prazo de vida útil definido. As aquisições do período são referentes a licenciamento de software perpétuo, por assinatura e software como serviço (SAAS).

Segue a composição do Intangível – valores em R\$ mil:

	<u>Set/2023</u>	<u>Dez/2022</u>
<b>Saldo do Exercício Anterior</b>	<b>17.455</b>	<b>5.351</b>
Adições	336	13.375
Baixas	-	1.271
Transferência do Imobilizado	1.538	-
<b>Saldo do Período</b>	<b>19.329</b>	<b>17.455</b>

## NOTA 10 – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A provisão para Contingências representa a estimativa de riscos futuros com ações judiciais de natureza trabalhista, cível e tributária, movidas contra a empresa, em conformidade com a legislação societária e o **CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes**. As provisões constituídas em 30 de setembro de 2023 contemplam todas as ações conhecidas pela Empresa.

Segue a composição de Provisão para Contingências – valores em R\$ mil:

PROVÁVEIS	TRABALHISTAS	CÍVEIS	TRIBUTÁRIAS	TOTAL
<b>Saldo do Exercício Anterior</b>	<b>133.937</b>	<b>281.919</b>	<b>37.101</b>	<b>452.957</b>
Reversão de Provisão	(53.034)	(6.705)	(1.115)	<b>(60.854)</b>
Provisão do Exercício	166.371	19.160	(1.455)	<b>184.076</b>
<b>Saldo do Período</b>	<b>247.274</b>	<b>294.374</b>	<b>34.531</b>	<b>576.179</b>

Das 3.797 ações de natureza trabalhista, 461 foram classificadas como prováveis e 1490 como possíveis. Das 1.403 ações de natureza cível, 310 foram classificadas como prováveis e 506 como possíveis. Das 259 ações de natureza tributária, 121 foram classificadas como prováveis e 40 como possíveis.

Dentre os principais objetos que compõem as ações de natureza trabalhista estão os pedidos de readmissão de empregados anistiados, o reenquadramento no Programa de Emprego e Salários (PES), incorporação da gratificação da função de confiança, isonomia, horas extra, periculosidade e ações civis públicas por demissões discriminatórias.

Nas **ações trabalhistas** que foram classificadas como **prováveis**, estimasse o pagamento de 247.273 mil sem prazo definido.

As ações de natureza cível compreendem os pedidos de indenizações decorrentes de acidente ferroviário, desapropriações de imóveis, as condenações por responsabilidade subsidiária, terceirização ilícita e descumprimento de contratos.

Merece destaque a ação cível de nº 0820880-66.2019.4.05.8300 que se refere à cobrança movida pela Construtora OAS S/A, postulando o ressarcimento das despesas adicionais que na execução do Contrato 19/98-DT, teve de suportar em função, principalmente, do atraso na entrega das áreas que encerrariam o sítio da obra contratante, atraso esse imputável exclusivamente à CBTU, que de acordo com as alegações da construtora, a própria CBTU veio a reconhecer durante os debates em primeira instância (Processo nº 001.2005.0202827-6). Devido ao andamento processual, estimava-se que a CBTU iria realizar a garantia do juízo no valor de 220.021 mil em menos de 12 meses. Portanto, o risco foi classificado como provável circulante, mas passou a ser classificado **como não circulante**, uma vez que houve decisão proferida em agravo de instrumento, que reconheceu o direito da CBTU a pagar o débito **em regime de precatório**.

Para o cumprimento das **ações cíveis** que foram classificadas como **prováveis**, a estimativa é que seja pago o valor de 294.375 mil sem prazo definido.

As ações de natureza tributária são referentes às execuções fiscais e tributárias (impostos, taxas e contribuições previdenciárias).

Para o cumprimento das **ações tributárias** classificadas como **prováveis**, a estimativa é que seja pago o valor de 34.531 mil sem prazo definido.

Ressalta-se ainda que os valores foram estimados, podendo haver alterações quando ocorrer a real liquidação da obrigação e que o cumprimento das obrigações também depende da intimação judicial e de dotação orçamentária disponibilizada pelo Ministério do Planejamento.

Segue a composição de Possíveis das Ações – valores em R\$ mil:

<b>POSSÍVEIS</b>	<b>Set/2023</b>	<b>Dez/2022</b>
Trabalhistas	299.105	270.761
Cíveis	147.277	83.004
Tributários	1.079	1.152
<b>Total:</b>	<b>447.461</b>	<b>354.917</b>

## **NOTA 11 – OBRIGAÇÕES A PAGAR**

Conforme demonstrativo abaixo, os valores mais relevantes das obrigações a pagar são: 1ª parcela do 13º Salário, Pensões Vitalícias e de Descentralização Orçamentária / Financeira do MDR (que está sendo verificada, junto ao MCid, a baixa em 2023).

Segue a composição de Obrigações a Pagar – valores em R\$ mil:

	<b>Set/2023</b>	<b>Dez/2022</b>
13º Salário	20.269	-
Pensão Vitalícia	3.376	3.007
Integração Tarifária	232	231
Descentralização	32.251	30.632
Outras	1.547	1.696
<b>Total:</b>	<b>57.675</b>	<b>35.566</b>

## **NOTA 12 – RECURSOS PARA AUMENTO DE CAPITAL**

Registra os recursos da União em investimentos para futuro aumento de capital, bem como os encargos financeiros pela variação da SELIC, oriundos da aplicação dos dispositivos do Decreto Nº 2.673 de 16 de julho de 1998.

No período, permanece ainda o valor de R\$ 148 mil (2022 – R\$ 134 mil) referente a atualização da SELIC no Passivo Não Circulante devido ao interstício entre a data da assembléia de 16/12/2019 e a data base utilizada para cálculo de 31/10/2019, sendo atualizado mensalmente.

## **NOTA 13 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)**

### **13.1. Capital Social**

O Capital Social integralizado está representado por 18.642.346.766.155 ações ordinárias nominativas com 100% de participação da União.



### **13.2. Reserva de Reavaliação de Bens**

Constituída em decorrência da avaliação de bens do ativo imobilizado registrada em 1985. A realização dessa reserva vem sendo feita em função das depreciações, baixas e alienações dos referidos bens, registrada diretamente na conta de prejuízos acumulados.

Utilizando a faculdade prevista no **CPC 13 – Adoção Inicial da Lei nº 11.638 e da Medida Provisória nº 449/08**, a Empresa optou pela manutenção dos valores classificados nesse grupo até sua completa realização.

### **13.3. Recursos para Aumento de Capital**

A partir do dia 21 de junho de 2018 a CBTU passou de Sociedade de Economia Mista para Empresa Pública, deixando assim de haver correção pela SELIC nos valores ingressados como Recursos para Aumento de Capital, bem como passaram a ser contabilizados no Patrimônio Líquido, conforme o Manual do SIAFI – Macro Função 02.11.22 – Participação da União no Capital de Empresas.

### **13.4. Patrimônio Líquido Negativo**

A CBTU apresentou patrimônio líquido negativo de R\$ 1.487.032 mil, devido aos prejuízos acumulados.

A CBTU é uma Empresa Pública Federal dependente do Tesouro Nacional e como tal, não está sujeita à lei de falência. Qualquer necessidade de recursos é provida pelo Governo Federal, não existindo risco de continuidade operacional.

### **13.5. Prejuízo Acumulado**

Conforme as disposições da **NBC-TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro** foram efetuadas as seguintes regularizações:

- a) Baixa de depósitos judiciais de anos anteriores, conforme a **Nota 03a – Reapresentação** e a **Nota 06b – Depósitos Judiciais**;
- b) Conforme descrito na **Nota 03b – Reclassificação** e na **Nota 08b – Imobilizado (Imobilizações em Andamento)**, foram realizadas baixas no montante de R\$ 14.835 mil e ajustes na conta de depreciação acumulada no montante de R\$ 23.125 mil, ambos os valores são referentes a anos anteriores.

## NOTA 14 – CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS.

Segue a composição de Custos dos Serviços Prestados – valores em R\$ mil:

	<u>Set/2023</u>	<u>Set/2022</u>
Pessoal, Encargos e Benefícios	277.041	421.059
Concessionárias	24.078	43.550
Serviços de Terceiros	78.521	97.013
Materiais	14.780	15.688
<b>Total:</b>	<b><u>394.420</u></b>	<b><u>577.310</u></b>

## NOTA 15 – SUBVENÇÕES PARA CUSTEIO

Correspondem a recursos recebidos da União para complementar as despesas da CBTU. Segue a composição das Subvenções Recebidas – valores em R\$ mil:

	<u>Set/2023</u>	<u>Set/2022</u>
Pessoal, Encargos e Benefícios	357.113	487.504
Despesas Decorrentes de Sentenças	354.523	399.610
Custeio	87.716	64.583
<b>Total:</b>	<b><u>799.352</u></b>	<b><u>951.697</u></b>

## NOTA 16 – RESULTADO FINANCEIRO

Segue a composição de Receitas e Despesas Financeiras – valores em R\$ mil:

	<u>Set/2023</u>	<u>Set/2022</u>
<b>RECEITAS FINANCEIRAS</b>		
Variação Monetária de Tributos a Recuperar	135	148
Juros de Aplicações Financeiras	57	2.725
Outras	172	59
<b>TOTAL</b>	<b><u>364</u></b>	<b><u>2.932</u></b>
<b>DESPESAS FINANCEIRAS</b>		
Juros e Encargos da Dívida com a REFER	255.571	316.053
Variação Monetária dos Rec. p/ Aumento de Capital	13	227
Outras	9	266
<b>TOTAL</b>	<b><u>255.593</u></b>	<b><u>316.546</u></b>
<b>Total:</b>	<b>(255.229)</b>	<b>(313.614)</b>

## NOTA 17 – INDÍCEES ECONÔMICOS

Segue a composição dos Índices Econômicos:

	Set/2023	VAR %	Dez/2022
LIQUIDEZ CORRENTE	0,18	38,46	0,13
LIQUIDEZ GERAL	0,05	25,00	0,04
ENDIVIDAMENTO	160,59	4,66	153,44
SOLVENCIA GERAL	0,62	(4,62)	0,65
GARANTIA DE CAPITAL DE TERCEIROS	(0,38)	8,57	(0,35)
IMOBILIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(150,26)	(13,40)	(173,51)

## NOTA 18 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em conformidade com o estabelecido no **CPC 05 – Divulgação Sobre Partes Relacionadas**, enquadrando-se nesse conceito a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, havendo ou não valor alocado à transação.

Segue a composição das Partes Relacionadas – valores em R\$ mil:

PARTE RELACIONADA	VALOR DOS CONTRATOS	VALOR PAGO	
		Set/2023	Set/2022
EBCT - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS	2.177	82	479
EBC-EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO	510	36	-
IMPRESNA NACIONAL	131	-	-
PETROBRÁS	24.663	5.216	3.561
<b>PESSOAL CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO</b>			
<b>PARTE RELACIONADA</b>			
JOSÉ MARQUES DE LIMA	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIR. PRESIDENTE		
ADRIANA FONSECA LINS	DIRETOR TÉCNICO - CBTU		
EDUARDO OLIVEIRA COIMBRA	DIRETOR DE PLANEJAMENTO - CBTU		
JOSÉ DIAS DA SILVA FILHO	GERENTE GERAL GESTÃO FINANCEIRA - CBTU		
CIRANO LOPES DE OLIVEIRA	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - CBTU		
EDSON SILVEIRA SOBRINHO	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - CBTU		
MANOEL RENATO MACHADO FILHO	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - CBTU		
MARCELO RIBEIRO MOREIRA	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - CBTU		
MARCIO RIBEIRO MONTEIRO GEA	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - CBTU		
RAFAEL MAGALHÃES FURTADO	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - CBTU		

### 18.1. Plano de Previdência e Pensão a Empregados

A CBTU é patrocinadora de Plano de Previdência Complementar gerido pela Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social – REFER, que é uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

O Plano CBTU, gerido pela REFER, é de Contribuição Variável (CV), modalidade que conjuga características de Contribuição Definida (CD), durante a fase de acúmulo, e de Benefício Definido (BD), a partir da concessão do benefício. O valor do benefício é calculado com base no saldo da conta individual, formada pelas contribuições patronais e pessoais em favor do participante, e com base nas hipóteses atuariais estabelecidas a seguir.

Os riscos atuariais do Plano se concentram na fase de pagamento dos benefícios, quando assume características de Plano de Benefício Definido (BD), e decorrem da possibilidade de não realização das hipóteses adotadas na avaliação atuarial frente à realidade observada, principalmente em relação à rentabilidade esperada dos investimentos e à sobrevivência da massa de participantes. De todo modo, todas as hipóteses envolvidas no cálculo atuarial e apresentadas neste tópico, se não realizadas, geram riscos para o Plano.

Em 19 de abril de 2021, foi homologado o acordo para pagamento da dívida da CBTU com a REFER no montante de R\$ 2.780.411 mil, base 31/03/2020.

O acordo será pago em até 18 anos, em parcelas mensais, com juros de 6% ao ano e corrigido pelo INPC. O acordo resolve o déficit anteriormente existente nos planos da CBTU, CPTM, Central, CTS e METROFOR, que colocava em risco as aposentadorias e a continuidade da REFER.

O saldo em 30 de setembro de 2023 é de R\$ 357.689 mil no passivo circulante e R\$ 2.875.067 mil no passivo não circulante.

Segue a movimentação da REFER – valores em R\$ mil:

	Set/2023	Dez/2022
<b>Saldo do Exercício Anterior</b>	<b>3.242.419</b>	<b>3.202.232</b>
Juros e Encargos	256.020	380.827
Pagto Antes do Acordo	-	-
Pagto Depois do Acordo	(265.683)	(340.640)
<b>Saldo do Exercício</b>	<b>3.232.756</b>	<b>3.242.419</b>

## NOTA 19 – REMUNERAÇÃO DOS DIRIGENTES E DOS EMPREGADOS

O plano de cargos e salários da CBTU e a legislação específica estabelecem os critérios para todas as remunerações pagas aos conselheiros de administração e fiscal, aos dirigentes e aos empregados.

Segue a composição das remunerações pagas aos conselheiros de administração e fiscal, aos dirigentes e aos empregados em 30 de setembro de 2023:

- Com relação aos conselheiros de administração e de fiscal, a média mensal foi de R\$ 2.801,91;
- Com relação aos dirigentes da CBTU, a maior e a menor remuneração mensal paga foi de R\$ 34.959,69 e R\$ 24.364,65, respectivamente. A média mensal foi de R\$ 24.878,71;
- Com relação aos empregados da CBTU, a maior e a menor remuneração mensal paga foi de R\$ 48.411,19 e R\$ 2.021,45, respectivamente. A média mensal foi de R\$ 10.593,46;
- A quantidade de empregados é de 2.638

Ressalta-se que todo salário acima do teto constitucional de R\$ 41.650,92 (a partir de 01/04/2023 – Lei Federal nº 14.520, de 09/01/2023), sofre corte até este valor.

## **NOTA 20 – PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO**

---

Em 08/05/2019, através da Resolução CPPI nº 60, a CBTU foi qualificada no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência – PPI e do Programa Nacional de Desestatização – PND, ratificada pela publicação do Decreto 9.999 de 03/09/2019.

A Resolução CPPI nº 160 de 02/12/2020 aprovou a Reestruturação Societária da CBTU com a criação de 05 subsidiárias integrais, com versões de parcelas de seu patrimônio pertinentes das atividades das suas Superintendências Regionais.

Os trabalhos para a reestruturação societária nas STUs Recife, Natal, Maceió e João Pessoa foram retomados no período pelo BNDES.

JORGE LUIZ OLIVEIRA DA SILVA  
Contador – CRC-RJ 062.918

ADRIANA FONSECA LINS  
Diretora de Administração e Finanças – Interina

JOSÉ MARQUES DE LIMA  
Diretor-Presidente